



Uma História da Educação sem Jules Ferry¹

A History of Education without Jules Ferry

Una Historia de la Educación sin Jules Ferry

Anne-Marie Chartier

Laboratório de Pesquisa Histórica Rhône-Alpes (França)

<https://orcid.org/0000-0002-4896-0276>

anne-marie.chartier0054@orange.fr

Resumo

Ao levar em consideração a escassez de artigos sobre a educação na França antes da Terceira República, este artigo faz uma avaliação da evolução das pesquisas realizadas a partir da década de 1970 e questiona as razões que fizeram desaparecer as questões educacionais das revistas de história generalistas, em favor de uma "vulgata" propalada pelos especialistas em História da Educação que faz convergir as abordagens em torno da figura emblemática de Jules Ferry, fundamento de uma escola francesa hoje em crise. Quatro estudos de historiadores sobre o Antigo Regime, dois sobre a educação das elites (os cadernos escolares do século XVI de autoria de C. Bénévnt e X. Bisaro, e o nascimento dos concursos na Europa antes da Revolução Francesa, escrito por D. Julia) e dois outros sobre a educação nas vilas (sobre o mestre-cantor, de X. Bisaro, e sobre a escola rural antes e durante a Revolução Francesa, escrito por C. Simien) renovam as problemáticas sobre a história das aprendizagens escolarizadas, sobre a hierarquia dos saberes e sobre as relações entre formação e profissões.

Palavras-chave: Escola; Cadernos escolares; Concursos; Saberes escolares.

¹ Texto originalmente publicado em *L'Atelier du Centre de recherches historiques*, 28 Bis, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/acrh.28796>. Versão em português sob responsabilidade de Fernando Coelho. E-mail: fernando.coelho@udesc.br. Revisão técnica por Norberto Dallabrida. E-mail: norbertodallabrida@gmail.com.

Abstract

Acknowledging the scarcity of articles on education in France prior to the Third Republic, this article takes stock of the evolution of research since the 1970s, and examines the reasons why educational issues have disappeared from generalist history journals, in favor of a "vulgate" promoted by specialists in the History of Education, which converges approaches around the emblematic figure of Ferry, the foundation of a French school in crisis today. Four studies by historians focus on the Ancien Régime, two on elite education (16th-century school notebooks by C. Bénévent and X. Bisaro and the birth of competitive examinations in Europe before the Revolution by D. Julia) and two on village education (on the maître-chantre by X. Bisaro and on the rural school before and during the Revolution by C. Simien), renew issues concerning the history of schooling, the hierarchy of knowledge and the relationship between training and professionalism.

Keywords: School; School notebooks; Competitions; School knowledge.

Resumen

Tras constatar la escasez de artículos sobre la educación en Francia antes de la Tercera República, este artículo hace balance de la evolución de la investigación desde los años setenta y examina las razones por las que los temas educativos han desaparecido de las revistas de historia general, en beneficio de una "vulgata" promovida por los especialistas en historia de la educación, que se centra en la figura emblemática de Ferry, fundamento de un sistema escolar francés hoy en crisis. Cuatro estudios de historiadores se centran en el Antiguo Régimen, dos en la educación de las élites (los cuadernos escolares del siglo XVI de C. Bénévent y X. Bisaro y el nacimiento de las oposiciones en Europa antes de la Revolución por D. Julia) y dos sobre la educación de los pueblos (sobre el maestro cantor por X. Bisaro y sobre las escuelas rurales antes y durante la Revolución por C. Simien), revisan la historia de la escolarización, la jerarquía de los saberes y la relación entre formación y profesionalismo.

Palabras clave: Escuela; Cuadernos de alumnos; Concursos; Saber escolar.

Recebido: 03/06/2024

Traduzido: 05/07/2024

Revisado: 29/07/2024

Se intitulei minha comunicação "Uma História da Educação sem Jules Ferry" é porque me interessei pela evolução das pesquisas na história da educação, observando que elas cobrem cada vez mais raramente períodos anteriores à Terceira República. No entanto, continuo a pensar que as pesquisas sobre o Antigo Regime, precisamente porque nos permitem penetrar em um mundo escolar que está em ruptura com o nosso, nos permitem questionamentos capazes de impactar a reflexão sobre a escola na longa duração. De fato, para entender a história das modalidades pedagógicas de alfabetização, tive de circular no mundo das pequenas escolas atravessando constantemente a "barreira" da Revolução Francesa. Eu tinha aprendido, ao ler *Lire et écrire. L'alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*², publicado em 1977, que a Revolução Francesa e as leis de Jules Ferry, esses dois pivôs da história política da escola francesa, não haviam mudado as curvas estatísticas da alfabetização. A dinâmica do "saber ler" revelou disparidades territoriais (Norte *versus* Sul da França), locais (cidade *versus* campo), de gênero (homens *versus* mulheres), religiosas (protestantes *versus* católicos), mas uma vez que os dados eram analisados no conjunto do país, as curvas "atenuadas" de crescimento atravessavam imperturbavelmente as rupturas de regime e as convulsões políticas (golpes de Estado, guerras, revoluções), como se fizessem parte de uma trama histórica contínua. Ou melhor, de uma trama em que as mudanças em curso no subterrâneo estavam mal iluminadas por fatores políticos. Assim, entre alfabetizados e analfabetos, *Lire et Écrire* trouxe à luz a existência de alfabetizados parciais, aqueles que sabiam "apenas ler", testemunhas de um antigo regime de aprendizagem, legalmente abolido pelo ler-escrever-contar das leis de Jules Ferry. Além disso, se a alfabetização não era o efeito inelutável da escolarização (um alto nível de analfabetismo poderia persistir em regiões que, no entanto, estavam bem providas de escolas³), encontrava-se aberto um espaço para questionar o lugar da cultura escrita na sociedade. A assinatura nos registros de casamento documentada pela pesquisa de Maggiolo⁴ parecia um indicador simples, mesmo que sua confiabilidade tivesse alimentado debates acalorados⁵: a capacidade de assinar com o nome e não com uma cruz era tratada como um bom indicador de alfabetização. Na época, ainda se supunha que "saber ler" fosse uma variável estável que designava (mais ou menos) o mesmo "ato de ler" desde a Antiguidade até os dias atuais⁶.

Década de 1970: Uma "nova história da educação"

A pesquisa de *Lire et Écrire* veio abalar o mito, solidamente ancorado na escola republicana, de Jules Ferry como "professor dos franceses", cujas três leis (gratuidade, obrigatoriedade e laicidade) teriam tirado da ignorância uma população que permanecera maciçamente analfabeta, devido ao fracasso dos projetos da Revolução Francesa. A decolagem de uma alfabetização em massa, europeia e não apenas francesa, coincidiu com o impulso religioso da Reforma e os seus esforços para catequizar em língua vernácula. Escrever a história

² François Furet e Jacques Ozouf, *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry* 2 vol. Minuit, 1977. Pude assistir, graças a Marie-Madeleine Compère, a algumas sessões do seminário durante o ano acadêmico de 1973-1974. Ao volume 1 de *Lire et Écrire* seguiu-se um volume 2, compreendendo estudos de casos a serem comparados com os dados nacionais do volume 1. Marie-Madeleine Compère trabalhou sobre os arquivos escolares de Languedoc. A pesquisa de Maggiolo foi confirmada por Michel Fleury, Pierre Valmary, « Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III », *Population*, 12º ano, 1957.

³ Michel Vovelle, « Y a-t-il eu une révolution culturelle en Provence ? A propos de l'éducation populaire en Provence » RHMC, vol. 22, 1975, p. 89-141.

⁴ Para uma apresentação do dossiê, antes mesmo da publicação de *Lire et Écrire*, ver *L'éducation en France du XVIe au XVIIIe siècle*, Chapitre III: Une culture élémentaire: la signature. Bilan des discussions sur enquête Maggiolo, signature et alphabétisation par R. Chartier, M-M Compère et D. Julia.

⁵ A pertinência da assinatura como indicador de alfabetização, observada em outros países em diversos tipos de atos oficiais ou civis, inclusive nos atos notariais, confirmou as conclusões de Furet e Ozouf.

⁶ Em 1997 foi publicado *Histoire de la lecture dans le monde occidental* (G. Cavallo et R. Chartier dir. Seuil), que coloca em questão essa «non-historicité».

da educação popular exigia, portanto, uma abordagem sociocultural global, em descompasso com a tradição de uma história das ideias ou doutrinas educacionais⁷, bem como com uma crônica da legislação escolar. Apesar das divisões disciplinares entre historiadores da Idade Moderna e da Idade Contemporânea, a pesquisa sobre a educação baseava-se, antes e depois do período revolucionário, nas mesmas questões, nos mesmos métodos de trabalho e compartilhavam o mesmo quadro epistemológico.

Isso foi evidenciado por dois manuais de história da educação publicados em 1968 e 1976, ambos escritos em resposta a solicitações institucionais. *L'enseignement en France 1800-1967*, publicado na coleção U por Armand Colin, foi uma resposta ao pedido de René Rémond, que desejava oferecer aos estudantes de Ciência Política uma síntese atualizada de um assunto muito debatido no espaço público da época. No prefácio, Antoine Prost apresentou suas escolhas de objeto, método e os limites de sua pesquisa:

Não quisemos nos limitar à história institucional, porque essa história é feita e bem-feita. Sem descuidar dos aspectos políticos de sua evolução, buscamos apreender a história do sistema educacional em seu conjunto. Isso significou estender as pesquisas a áreas que não eram bem conhecidas. O número de alunos matriculados nos vários níveis e a sua distribuição geográfica são indispensáveis para determinar a real área de influência do sistema educacional; para determinar a sua natureza, é necessário conhecer a vida escolar, a prática diária da sala de aula e a evolução pedagógica. Por fim, o recrutamento, a organização e as ideologias da sociedade docente exigem o estudo das relações entre a sociedade e a instituição escolar. Entendido dessa forma, o assunto é imenso e não temos a pretensão de esgotá-lo: este livro permanece, em nossa mente, um livro aberto.⁸

O projeto era claro: sair da história política e institucional, documentar "áreas pouco conhecidas" (número de alunos, vida escolar, prática cotidiana nas salas de aula) e, sobretudo, interessar-se pelas relações entre sociedade e escola, ponto que Antoine Prost retomou dez anos depois em *L'école et la famille dans une société en mutation (depuis 1930)*, 4º volume de *Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France*⁹.

O segundo manual, publicado em 1976, intitulado *L'éducation en France du XVIIe au XVIIIe siècle*, foi assinado por Roger Chartier, Marie-Madeleine Compère e Dominique Julia. Foi encomendado pela SEDES¹⁰ para fornecer aos estudantes de história uma base para o trabalho sobre a questão colocada no programa de *agrégation* de 1976-77, "A educação na França na era moderna". Em sua apresentação, o livro dizia estar rompendo com uma "antiga história da educação":

⁷ Joseph Leif, Georges Rustin, *Histoire des institutions scolaires*, Paris, Delagrave, 1954 ; Georges Snyders, *La pédagogie en France aux XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, PUF, 1965; Jean Château, *Les grands pédagogues*, Paris, PUF, 1956; e, mais recentemente, Guy Avanzini, *Histoire de la pédagogie du XVIIe siècle à nos jours*, Toulouse, Privat, 1981.

⁸ Antoine Prost, *L'enseignement en France, 1800-1967*, Armand Colin U., 1968, p. 6.

⁹ Os outros volumes são: 1. Michel Rouche: *Des origines à la Renaissance (Ve av J-C – XVe siècle)*; 2. François Lebrun, Marc Venard, Jean Quéniart: *De Gutenberg aux Lumières (1480-1789)*; 3. Françoise Mayeur: *De la révolution à l'école républicaine 1789-1930*. Após a grande edição ilustrada de 1981, reeditada em 1988, os 4 volumes foram publicados em uma coleção de bolso pela Tempus em 2003-2004.

¹⁰ A SEDES (Société d'édition d'enseignement supérieur de la Sorbonne) foi criada em 1955 para editar cursos e apostilas para uso dos alunos que se preparavam para um curso ou um concurso. Fundiu-se com o CDU (Centre de documentation universitaire) antes de ser comprado por A. Colin em 2004.

A história da educação na França na era moderna foi moldada há muito tempo por três discursos: polêmica, com a luta impiedosa entre os defensores da escola cristã e os partidários da escola sem Deus, monográfica e hagiográfica, quando algum ex-aluno celebrava os anos passados no estabelecimento de sua juventude, ideológica, porque o terreno dos projetos e utopias pedagógicas estava entre os mais repisados pelos historiadores que distribuía pontos bons e ruins aos reformadores de outrora. Daí uma série de estudos, especialmente entre 1870 e 1914, cheios de informações, mas cada vez menos sintonizados com a história tal como faziam e amavam os herdeiros dos *Annales* ou Ernest Labrousse. Como muitas vezes acontece, um novo começo foi feito graças às interpelações dos vizinhos, neste caso os sociólogos da educação,¹¹ que sugeriram o essencial: um novo questionário que, com precauções e adaptações, pudesse ser aplicado às sociedades antigas. A história da educação encontrou-se, portanto, no mesmo patamar da própria história, esforçando-se por apreender as práticas sociais por meio de números e medições. O resultado é agora tal que talvez permita uma avaliação provisória. Mas não se engane, essa avaliação nada tem de exaustiva, é feita de escolhas e parcialidades. As escolhas: privilegiar sob o risco de desequilíbrios o menos conhecido em relação ao já clássico; parcialidades: preferir a série ao *hapax*, dando mais atenção aos comportamentos vividos do que às teorias construídas. Como tal, este trabalho é, portanto, altamente devedor, no que diz respeito à enorme informação recolhida, mas ainda mais em relação àqueles que foram capazes de apontar os problemas de uma história renovada da educação.¹²

Para colocar a história da educação "no mesmo patamar da própria história", era preciso ir além dos discursos (projetos e utopias pedagógicas), para ir, como preconizava Antoine Prost, rumo ao "pouco conhecido" com o auxílio de ferramentas sociológicas (demografia, cartografia, origens sociais dos alunos) e comparar, por meio das práticas escolares, as "teorias construídas" e os "comportamentos vividos". Em ambos os casos, significava documentar, ao lado das educações privadas ou informais, a crescente influência das instituições de ensino e, assim, fazer, apesar dos obstáculos e conflitos, uma história de longo prazo do progresso da educação¹³.

1970-2020: uma avaliação de meio século

Qual foi a evolução desde essas obras fundadoras? Várias avaliações recentes têm mostrado a importância quantitativa das pesquisas realizadas na área da história da educação, na França e no exterior, ainda que "se possa observar um contraste marcante entre

¹¹ O livro *Les Héritiers* de Bourdieu e Passeron foi publicado em 1964, *La Reproduction* em 1970.

¹² Roger Chartier, Marie-Madeleine Compère et Dominique Julia, *L'éducation en France du XVIe au XVIIIe siècle*, SEDES, 1976, p. 1.

¹³ Uma das questões em jogo na época dizia respeito aos debates em torno da Revolução Francesa, destrutiva ou inovadora, segundo ela havia desestruturado a rede de escolas administradas pelas ordens religiosas (colégios e pequenas escolas) ou concebido novas formas de formação, para as elites (grandes escolas, escolas centrais) e para o povo (professores leigos licenciados, escolas mútuas da Restauração, etc.).

a vitalidade da história da educação e a precariedade das estruturas acadêmicas especificamente dedicadas a ela", escrevem Rita Hofstetter e Solen Huitric¹⁴ no número especial da *Histoire de l'Éducation* publicado em 2020. As revistas, inúmeras, pertencem, dependendo do país, a departamentos ou faculdades de educação em que lecionam historiadores, pouco numerosos entre seus colegas filósofos, psicólogos, pedagogos, sociólogos, ou são editadas por associações de especialistas dedicados à história da educação. Elas confirmam a preeminência da pesquisa em história contemporânea, já claramente visível na avaliação feita em 2000 em ocasião do vigésimo aniversário da revista *Histoire de l'Éducation* de Pierre Caspard¹⁵. De fato, apesar do interesse pela educação do Antigo Regime¹⁶, o Departamento de História da Educação¹⁷ esteve fortemente envolvido na publicação de instrumentos de trabalho: os repertórios da imprensa pedagógica ou manuais têm a Revolução Francesa como ponto de partida. Assim, o "Banco Emmanuelle", desenvolvido por Alain Choppin, enumera as disciplinas presentes na escola da Terceira República: os abecedários-catecismos, ferramentas usuais para aprender a ler do século XVI ao XIX, estão ausentes¹⁸. Os textos oficiais publicados pelo referido departamento, que serviram de fonte impressa para inúmeras teses sobre a história das disciplinas tais quais elas evoluíram para a situação atual, são citados a partir da Revolução, ou mesmo apenas a partir de Jules Ferry. Seus autores, geralmente não historiadores de formação, na maioria das vezes lecionavam em departamentos de ciências da educação ou em institutos de formação de professores: para seus alunos, mesmo que a figura de Jules Ferry continuasse sendo um marco conhecido, a história do "sistema educacional" que lhes diz respeito é antes a que começa no Colégio Haby.

¹⁴ Rita Hofstetter e Solenn Huitric, « La carte et le miroir. Ancrages, enjeux et horizons de l'histoire de l'éducation », *Histoire de l'éducation*, 240, 2020, Regard sur l'histoire de l'éducation. Une perspective internationale. Para outras comparações internacionais, Marie-Madeleine Compère, *L'histoire de l'éducation en Europe. Essai comparatif sur la façon dont elle s'écrit*, Paris, INRP/Peter Lang, 1995 ; J.-L. Le Cam, *L'histoire de l'éducation : discipline de recherche historique ou science auxiliaire de l'action pédagogique? Les leçons d'une comparaison franco-allemande*, *Histoire de l'Éducation*, 137, 2013.

¹⁵ Pierre Caspard, « Vingt années d' *Histoire de l'éducation* », *Histoire de l'éducation*, 85, 2000, 73-87. "11% dos artigos dizem respeito à Antiguidade, 6% à Idade Média, 16% ao período moderno (com uma clara predominância do século XVIII e da Revolução Francesa), 59% ao período contemporâneo, pertencendo os outros à longa duração, abrangendo vários períodos (8%), ou não tendo uma ancoragem cronológica particular (11%)". Um terço dos artigos trata da história institucional do ensino, e outro terço das disciplinas escolares.

¹⁶ Isso é evidenciado pelas publicações de M-M Compère sobre o latim e as humanidades, de André Chervel sobre o ensino do francês do século XVII ao XX, de Annie Bruter sobre o ensino de história sob o Antigo Regime, de Renaud d'Enfert sobre as escolas de desenho 1750-1850, de Boris Noguès sobre a história dos professores nos séculos XVI a XIX, seleção das elites, séries, concursos, e de Bruno Belloste sobre as grandes escolas científicas.

¹⁷ Publicada a partir de 1979 por um Departamento de História da Educação que desapareceu em 2011, mas criado pelo Ministério da Educação Nacional em 1977 num contexto político de reformas, a revista *Histoire de l'éducation* é, portanto, um "caso à parte", bem estudado por Boris Noguès: « Des trente glorieuses à la quête d'un nouveau modèle. Quarante années de la Revue *Histoire de l'Éducation* (1978-2020) », *Annali di Storia delle università italiane* (ISSN 1127-8250) Fascicolo 1, gennaio-giugno 2021. p. 31. Ele observa que "de 1978 a 1998, de 179 autores que publicaram na *Histoire de l'éducation*, havia apenas 6 colaboradores 'pertencentes às ciências da educação' (ou seja, 3%)". Ele também mostra que, originalmente, "o caráter político-administrativo da estrutura é contrabalançado por uma comissão permanente responsável por servir como fiador e guia científico, e que conta em suas fileiras historiadores como Alphonse Dupront, François Furet, Jacques Le Goff, Henri-Irénée Marrou ou Jacques Ozouf".

¹⁸ Para um estudo internacional sobre os ABC-Catecismos, *Learning to Read, Learning Religion. Catechism primers in Europe from the sixteenth to the nineteenth centuries*, by Britta Juska-Bacher, Matthew Grenby, Tuija Laine and Wendelin Sroka (eds.) [CLCC 14] 2023; contribution pour la France: Anne-Marie Chartier, 3.12., *Catechism primers in France*, p. 218-233.

Jules Ferry, a figura central das vulgatas históricas sobre a educação

Os trabalhos acadêmicos, resultantes de pesquisas (de doutorado ou não), atingem um público limitado, colegas pesquisadores, agentes educacionais, leitores interessados. Os estudantes, quer estejam matriculados em ciências da educação¹⁹ ou se preparando para um concurso (ensino, inspeção, ciência política), por outro lado, precisam de obras breves introdutórias. Normalmente, as editoras abundam em um estoque cuja pedra angular ainda é Jules Ferry, pai fundador do "sistema educacional francês"²⁰. Até 2020²¹, a obra de referência, que foi reeditada várias vezes, foi *L'école en France XIXe-XXe siècle. De la Maternelle à l'Université*²². As três partes abordam o fim do "antigo regime escolar" ao longo do século XIX, depois "o século Ferry", o ideal francês de aculturação e educação cívica de 1880 a 1968, e, finalmente, "o tempo das turbulências" (os inconvenientes da massificação, o enfraquecimento dos conteúdos escolares, o declínio da sociedade docente e, na reedição de 2014, o declínio da França na competição internacional). Essa periodização (antes, durante e depois da escola de Jules Ferry) estava em consonância com o discurso político e midiático de então: denunciava tanto as promessas não cumpridas da escola quanto a corrida desenfreada por reformas, e pedia mais esforços para melhorar os resultados e "restabelecer" os valores da República: uma narrativa coerente, clara, fácil de lembrar e evocar em dissertações profissionais ou em concursos, longe do quadro complexo das realidades concretas saído dos livros de Antoine Prost. Ele construiu um quadro de referência que não foi questionado por sociólogos e pedagogos, focado no fracasso escolar de massa dos anos 1970 e nos limites estatísticos da democratização.

A história da educação na pesquisa histórica

Com base na grande quantidade de artigos publicados pelas revistas de educação (das 82 listadas pela *Sciences de l'éducation*, 32 revistas de língua francesa incluem a palavra "educação" em seus títulos), podemos perceber que a história da educação é um tema transversal, "que pega tudo", que une a história recente e a atualidade em torno de questões que afetam as políticas escolares (legislação, lutas políticas, orçamentos, administração), a economia (nível de formação, oportunidades de emprego, retorno da educação), a avaliação (seleção, exames, cursos), a sociologia (currículo, disciplinas, reformas curriculares, origens e trajetórias dos alunos, êxitos e fracassos), as práticas pedagógicas e a formação de professores (didática, gestão de sala de aula), sem esquecer os ambientes (família, socialização, cultura de massa, novas mídias) que impactam a evolução da instituição (finalidades, normas, *habitus*).

Qual desses temas encontra lugar nas revistas históricas generalistas?

Contentemo-nos com um exemplo. Em 2020 (julho-dezembro), *Les Annales* publicou uma enorme edição especial intitulada *Autoportrait d'une revue*, que dá uma visão quantificada dos temas abordados nos 1100 artigos publicados em 30 anos. Além das distribuições históricas

¹⁹ Os Departamentos de Ciências da Educação foram criados em 1967 e passaram a integrar o Conselho Nacional das Universidades em 1969.

²⁰ *Le système éducatif en France*, C. Szymankiewicz, 2014, 4e éd.; *Le système éducatif français aujourd'hui. De la maternelle à la Terminale : un état des lieux*, J.-L. Auduc, 2015, 2e éd.; *Les grands enjeux du système éducatif français*, B. Garnier, 2015; *Histoire du système éducatif*, V. Troger & J.-C. Ruano-Borbalan, 2015, 4e éd.; *Le système scolaire en France du XIXe siècle à nos jours*, F. Knittel & B. Castets Fontaine, 2015, etc. Recorde-se que, para Antoine Prost, as inúmeras instituições de ensino só se constituíram como um "sistema" com o único colégio, que aboliu os CES, últimos legados do "primário superior", em 1975.

²¹ Jean-Noël Luc, Jean-François Condette e Yves Verneuil realizaram uma nova síntese: *Histoire de l'enseignement en France. XIXe-XXIe siècle*. Paris : Armand Colin, 2020, 416 p.

²² Pierre Albertini, *L'École en France: XIXe-XXe siècle: de la maternelle à l'université*, Paris, Hachette, 1992. Rééd. 1998, 2006, 2014.

desiguais (Antiguidade 10%, Idade Média 17%, História Moderna 37%, História Contemporânea 49%, p.587) ou geográficas (Europa ocidental 2/3, dos quais 1/3 é a França), os artigos são divididos em seis grandes temáticas: história da economia, questões sociais, cultura, ciência e tecnologia, política, direito e religião. Cinco temas "marginais" completam o quadro: história militar, história urbana, história nacional, história do gênero e história da arte. As análises reconhecem o lugar "provavelmente muito limitado" dedicado à história da arte ou do gênero (que publicam em suas próprias revistas especializadas), mas a história da educação não é mencionada em nenhum lugar: não constitui um "verbete" na lista dos onze temas encontradas. "A orientação dos *Annales* talvez possa ser melhor decifrada naquilo que rejeita do que no que propõe", escreveu André Burguière em 1979 (p. 601), mas a edição de 2020 só retomou a citação para lamentar o lugar limitado deixado à história militar, ainda marcada pelo estigma associado à "história historicizante" das batalhas. No entanto, a guerra voltou a ser um objeto de pesquisa de primeiro plano, a se acreditar nos fóruns de debate dos historiadores. Assim, Clémence Cardon-Quint observa 152 ocorrências do termo "guerra" em uma busca textual nos arquivos do *Rendez-vous de l'histoire de Blois* (2015-2022), em comparação com seis ocorrências do termo "educação", o que a leva a se perguntar:

A guerra é a esse ponto mais estruturante na história da humanidade? Isso deve sem dúvida ser visto como um sinal de um corte das redes acadêmicas e profissionais, sancionando a relativa marginalização da história da educação na comunidade de historiadores²³.

Boris Noguès faz a mesma observação:

Enquanto a partir da década de 1970 cargos de prestígio parisienses foram ocupados por figuras como Pierre Riché, Antoine Prost, Dominique Julia, Jacques Verger, Jean-Noël Luc ou Jean-François Chanet, constata-se que, em 2020, nenhuma cátedra de história na universidade é ocupada por um especialista em história da educação [... o que] mostra que a história da educação ocupa hoje um lugar muito secundário nas preocupações da comunidade historiadora francesa, especialmente se definirmos essa comunidade de maneira restritiva como todos os acadêmicos ligados a um departamento de história²⁴.

É, portanto, como se as publicações recentes, apesar de sua abundância, apenas fornecessem o suficiente para alimentar e avolumar um quadro interpretativo de conjunto muito bem estabelecido. É o que emerge das muitas obras de síntese sumtuosamente ilustradas, publicadas a partir dos anos 1970²⁵, e reeditadas em formato reduzido e ainda hoje disponíveis: a questão da educação vem à tona em todos os lugares, seja a história rural ou urbana, da vida

²³ Clémence Cardon-Quint, Dossiê de habilitação em História, Memorial de síntese, Institut d'études politiques de Paris, 21 février 2023, p. 93.

²⁴ Boris Noguès, *Des Trente Glorieuses à la quête d'un nouveau modèle*. Quarante années de la revue *Histoire de l'Éducation* (1978-2020), [doi: 10.17396/100953], *Annali di Storia delle università italiane* (ISSN 1127-8250) Fascicolo 1, gennaio-giugno 2021, p. 41.

²⁵ Georges Duby dir., *Histoire de la France rurale*, avec Armand Wallon, Paris, Seuil, 1975 [1986-87, 2018]; *Histoire de la France urbaine*, 1980-85; Philippe Ariès e Georges Duby, dir. *L'histoire de la vie privée*, Paris, Seuil, 1985-1987 [1999], Georges Duby e Michèle Perrot dir., *Histoire des femmes en Occident*, 4 vol. Plon, 1991-92, rééd. 2002. Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt dir., *Histoire des jeunes en Occident*, 2 vol., Paris, Seuil, 1996; Egle Becchi e Dominique Julia, dir. *Histoire de l'enfance*. 2 vol. Paris, Seuil 1998, *Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France*, 4 volumes, Louis-Henri Parias dir., Paris : G-V Labat, 1981, rééd. 1988, Tempus, 2003-2004.

privada, a história das mães, dos pais, da juventude ou da infância, mas os quatro volumes dedicados em 1981 à *Histoire générale de l'éducation et de l'enseignement en France* produziram, de certa forma, uma vulgata consensual, mesmo que seja possível exumar infinitamente novas fontes para "enriquecer" o quadro, tanto sobre a educação dos príncipes²⁶, quanto sobre a do povo, urbano ou rural²⁷. Mas, além de manifestar a *libido sciendi* insaciável dos historiadores que procuram atizar a curiosidade de seus leitores, que problemas essas retrospectivas nos permitem pensar, que conflitos não resolvidos nos permitem compreender? Quem acompanha esses afrescos a longo prazo se vê, malgrado seu, prisioneiro da visão teleológica produzida por toda narrativa de viagem no tempo que avança em direção ao seu objetivo: percorre a Idade Média, indo dos mosteiros dos campos às universidades das cidades; descobre o humanismo e a Reforma, depois o homem esclarecido dos colégios jesuítas e dos ABC-catecismos do povo; interroga-se se o Iluminismo, entre a Enciclopédia e a liberdade de expressão, prepara ou não a Revolução; Napoleão mal havia sido exilado em Santa Helena, quando teve de superar os obstáculos e resistências que opunham os defensores da velha ordem ao "progresso em marcha" em direção ao ponto de chegada, a escola laica e republicana.

O Antigo Regime, para pensar as descontinuidades e o questionamento das vulgatas

No entanto, os benefícios da viagem neste "mundo que perdemos" se situam menos do lado do que sabemos de antemão, do que do lado do que nos parece hoje quase incompreensível. A descoberta das Américas obrigou os missionários a compreenderem línguas desconhecidas e a tornarem-se etnólogos; da mesma forma, os tempos longínquos do Antigo Regime estão em confronto com uma alteridade que resiste às representações continuístas espontâneas da "natureza humana", especialmente quando se trata da educação: lembremo-nos da turbulência causada pela publicação de *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, de Philippe Ariès²⁸, em 1960: como "pensar" que o amor dos pais por seus filhos poderia ser um dado histórico? Ora, no que diz respeito às escolas, alguns centros de pesquisa têm levantado questões não sobre os progressos, seja regulatórios (leis, currículos, cursos) seja quantitativos (taxa de alfabetização, de escolarização), mas sobre o que afeta a natureza e a função das instituições, sem uma ruptura abrupta na superfície, especialmente porque somos enganados pela estabilidade de um léxico que atravessa os séculos: os nomes dos graus universitários (*baccalauréat*, bacharelado, mestrado, doutorado) são perenes desde o século XIII.

1. O aparecimento dos concursos

Arquivos antigos ou novos permitiram, no entanto, que novas questões fossem levantadas. Escolhi dois sobre a formação das elites e dois sobre a escola elementar. O livro editado por Dominique Julia, *Aux sources de la compétence professionnelle*²⁹, publicado em 1994, descreve como os antigos modos de recrutamento (compra de um cargo, patrocínio aristocrático, recomendação política, privilégio corporativo ou familiar, certificado de moral e boa conduta) estão gradualmente dando lugar a novos procedimentos de seleção, visíveis em toda a Europa em momentos diversos. Podemos, assim, comparar profissões que ninguém teria

²⁶ Bernard de Bonnard, *Journal de l'éducation des princes d'Orléans, décembre 1777-janvier 1782*, Présentation par Dominique Julia, Paris, Classiques Garnier, coll., 2019, 692 p.

²⁷ Daniel Fabre, que foi capaz de reconstruir os rituais rurais dos meninos do Pays d'Oc, bem como a educação "passarinheira" do futuro Luís XIII e a vida dos pajens em Versalhes, continua sendo uma exceção. *Passer à l'âge d'homme. Dans les sociétés méditerranéennes*. Gallimard, coll. « Bibliothèque des sciences humaines », 352 p.

²⁸ Em sua *Histoire de l'enfance* (Egle Becchi e Dominique Julia dir.) encontra-se uma avaliação da questão.

²⁹ *Aux sources de la compétence professionnelle. Critères scolaires et classements sociaux dans les carrières intellectuelles en Europe XVIIIe-XIXe siècles*, editado por Dominique Julia / número especial da revista *Paedagogica Historica*, XXX, 1994, 1.

pensado, em seu tempo, em reunir: secretários de chancelaria, oficiais de artilharia, engenheiros do rei, pastores da Igreja Reformada, bispos, professores de retórica ou mestres-escolas. Todas elas exigem uma qualificação intelectual (para falar de maneira anacrônica), tanto em cultura geral quanto em cultura especializada, e, por outro lado, suas atuações poderiam ser descritas (anacronicamente) como "serviço público", seja para servir a um governo, a um exército, a uma igreja, a uma nação. Os modelos são inúmeros: formações breves ou longas, em internato ou externato, pré-recrutamento de adolescentes ou, pelo contrário, de jovens adultos. Na década de 1970, como vimos, a história da educação deixou as teorias educacionais para pesquisar os públicos (de onde vêm os alunos e os professores?), a fim de encontrar por trás dos ideais prescritivos as formas visíveis das disparidades sociais e as formas, mais ocultas, de inculcação escolar. Vinte anos depois, o projeto proposto por Dominique Julia já não parte da vida familiar para a vida escolar, mas vai da escola para um "estado", em torno "profissões" bem conhecidas, mas que estão em processo de reconfiguração³⁰. Estas permitem imaginar como seria uma sociedade dos talentos, em que o valor de um indivíduo dependesse do que ele sabe fazer e não da rede à qual pertence. O que essa novidade (banal em nosso mundo escolar marcado por exames) torna perceptível é aquilo de que ela se afasta: como um indivíduo podia manifestar e reivindicar publicamente seu pertencimento a uma rede que o precedia e o definia, família, afiliados, protetores, conhecidos. Ver-se-ia hoje aquilo sobre que as máfias ainda se apoiam, mas sob a lei do silêncio, ou da solidariedade, tão eficazes quanto não declaradas, isto é, redes sociais não digitais. De fato, quando as corporações de ofício foram abolidas³¹, a invenção dos concursos não eliminou as antigas dependências, mas tornou-as invisíveis ou marginais e criou novas (os "corpos de pertencimento" que Bourdieu analisou em *Nobreza de Estado*). É por isso que, para introduzir um candidato no mundo de seus futuros mestres e pares, os inventores dos concursos não confundem valor individual com valor escolar. Dependendo do tempo disponível para formar os noviços, a divisão varia entre a formação acadêmica com especialistas (para aprender latim, direito, balística, matemática, teologia) e a formação prática com profissionais (nas chancelarias, exército, canteiros de obras, paróquias). Com o tempo, as exigências intelectuais aumentam (os estudantes de engenharia têm de dominar matemática, e os futuros pastores, teologia e exegese), mas todos os jurados concordam que apenas um estágio probatório no meio do exercício permite um teste real do candidato. A única exceção à regra: na França meritocrática (pós-revolucionária), a qualificação universitária dos professores (leigos) consagra permanentemente essa confusão entre sucesso em concursos escolares e aptidão profissional, bem como a regra igualitária que atribui a um laureado um cargo que não foi escolhido, fora de qualquer "rede de pertencimento". Com isso se pode "pensar" certas aporias dos debates contemporâneos sobre a formação de professores.

2. Cadernos dos alunos e apropriação dos saberes humanistas

O caminho dos concursos fez coexistir o antigo e o novo. Da mesma forma, os ensinamentos medievais não foram "substituídos" pela irrupção de um humanismo triunfante que teria "enterrado uma escolástica esgotada", como muitos livros didáticos afirmaram. Que a invenção de Gutenberg tenha causado uma ruptura é um fato bem documentado³², mas quais foram seus efeitos sobre a realidade do ensino? Como ela mudou a forma de "se tornar sábio" no início do século XVI? A questão já não é sobre a proliferação do impresso e a expansão do número de

³⁰ Desde então, outros casos foram trabalhados, como, por exemplo, Nicolas Schapira, *Maîtres et secrétaires (XVIe-XVIIIe siècles), L'exercice du pouvoir dans la France d'ancien Régime*, Paris, Albin Michel, 2020.

³¹ Steven Kaplan, *La fin des corporations*, Paris : Fayard 2001.

³² Elizabeth Eisenstein, *La Révolution de l'imprimé : à l'aube de l'Europe moderne*, Paris, La Découverte, 1991 [The printing revolution in early modern Europe, 1983]; Ann Blair, *Tant de choses à savoir, Comment maîtriser l'information à l'époque moderne*, Paris, Seuil, 2020.

leitores, mas sobre o valor de uso de uma nova tecnologia que reconfigura silenciosamente as formas de ensinar e aprender³³ (uma questão que todos colocam na era da Internet). Segundo a pesquisa orientada por Christine Bénévent e Xavier Bisaro³⁴, a entrada do impresso nos estudos produziu uma "revolução que levaria a uma completa inversão da relação entre oralidade e escrita no final do século XVI". Os cadernos conservados (Florença, Paris, Sélestat, Leipzig) revelam a prosaica produção do trabalho intelectual, o peso respectivo das "matérias" (religião, civilidade, autores antigos, comentadores recentes) e a dinâmica das aquisições. No antigo regime de aprendizagem, como Mary Carruthers³⁵ demonstrou, a memória oral literal era essencial. Com as "folhas clássicas", já identificadas por M. M. Compère, os alunos têm diante dos olhos a página a ser estudada, adquirida da gráfica local, uma espécie de "fotocópia" que não precisa mais ser tomada (e aprendida) sob ditado. O *layout* é estável (impresso no centro, o texto; à mão, as anotações nas entrelinhas – léxico, gramática; na margem direita, os comentários ditados), mas os usos dessa "prótese de memória" evoluíram: entre 1470 e 1498, dois cadernos de Sélestat mostram que, para o mesmo curso sobre as *Bucólicas*, a identificação dos tropos vai de 4 a 14, as notas interlineares mostram palavras em alemão, autores antigos comentando Virgílio (Donato, Sérvio, Macróbio) já não são citados diretamente, mas através de uma infinidade de referências italianas recentes; na margem, há longos comentários linguísticos e filológicos, o que torna o professor "um humanista": um efeito "Wikipédia" de certa forma, que amplia o leque de fontes, mas corrói o treinamento de memórias vivas.

Este trabalho sobre cadernos "acadêmicos"³⁶ questiona fortemente a metodologia de pesquisa sobre a transmissão e a apropriação dos saberes. Suspeitava-se que as estratégias dos professores foram influenciadas pelas tecnologias de escrita adotadas em sala de aula, mas descobrimos que as operações intelectuais dos alunos também o foram. O uso da impressão na escola evidencia o que se ganha: tempo (menos textos ditados ou copiados), uma cultura atual mais ampla ("a vanguarda" ainda não é parisiense, como será o caso no estudo de Anthony Grafton, mas italiana). Mas também vemos o que se perde: os antigos eruditos tinham seus textos na memória, os novos acadêmicos já não podem se separar de seus livros. Passamos de uma "memória de recordação" a uma "memória de reconhecimento", como diriam os cognitivistas. Assim, onde os professores só veem arranjos superficiais que não colocam em questão os conteúdos visados, os dispositivos formais que são os suportes do ensino provocam mudanças cognitivas reais³⁷. Identificar os conteúdos transmitidos, portanto, nada diz sobre seus modos de apropriação, se não considerarmos a manutenção dos suportes de aprendizagem. Esta é uma lição importante para todos aqueles que muitas vezes reduzem a história das

³³ Sobre o mesmo tema, Anthony Grafton "Teacher, text and pupil in the Renaissance class-room: a case study from a Parisian College", *History of Universities, 1, Universities and colleges*, 1981, Avebury Publishing Company. Laurence Brockliss, *French higher education in the seventeenth and eighteenth centuries: a cultural history*, Oxford : Clarendon press, 1987 ; Elizabeth P. Archibald, William Brockliss, Jonathan Gnoza, *Learning Latin and Greek from antiquity to the present*, Cambridge : Cambridge University Press, 2015; Marie-Madeleine Compère, « Les feuilles classiques », un support pour la prélection des textes latins et grecs, (XVIe-XVIIe siècles), 6 avril 2004; http://re-he.ish.lyon.cnrs.fr/cours_magistral/expose.feuilles_classiques.php [online]; e Éléments pour l'histoire d'un genre éditorial : La feuille classique en France aux XVI^e et XVII^e siècles, Marie-Madeleine Compère, Marie-Dominique Couzinet et Olivier Pédeflous, *Histoire de l'éducation* n° 124, oct. 2009.

³⁴ Christine Bénévent e Xavier Bisaro, dir., *Cahiers d'écoliers de la Renaissance*, Tours : Presses universitaires François Rabelais, 2019, 272p. Dois números da *Histoire de l'éducation* (n.º especial maio 1990 e n.º 54, maio 1992) abriram caminho a estas fontes.

³⁵ Mary Carruthers, *Le livre de la Mémoire*, Paris, Macula, 2002 [The Book of memory 1992].

³⁶ Os estudos foram realizados por L. Naas, I. Suzeau-Gagnaire, G. Freyburger e B. Risoan.

³⁷ Isso foi possível graças à substituição dos cadernos do dia por fichários nas escolas primárias nas décadas de 1970 e 80. Anne-Marie Chartier, "Un dispositif sans auteur : cahiers et classeurs dans l'école primaire", *Hermès, Le dispositif, Entre usage et concept*, 25, décembre 1999, CNRS, pp. 207-218; "Exercices écrits et cahiers d'élèves : réflexions sur des pratiques de longue durée", *Le Télémaque*, n° 24, novembre 2003, p. 81-110.

disciplinas à dos saberes ensinados em termos de avanço ou atraso, ou seja, de progresso orientado para um presente supostamente mais "científico" da disciplina.

É sempre com base em questões presentes que a escola do passado é questionada (a história é uma ciência sempre nova), mas essa abordagem só é frutífera se reconstruir os ambientes em que práticas posteriormente julgadas como estranhas, absurdas, defeituosas ou escandalosas puderam ser consideradas "normais", nos dois sentidos do termo: ordinárias e desejáveis. Assim, os "velhos" métodos de alfabetização têm sido um tema inesgotável de espanto e crítica desde a Terceira República. Sob o título "Reading", a contribuição acadêmica de James Guillaume para o *Dictionnaire* de Ferdinand Buisson se propunha "resumir a história dos métodos de ensino da leitura na escola primária na França". Convencido de que os professores acabariam sempre, com o passar do tempo, por selecionar as maneiras de fazer mais eficazes e convenientes, escreveu que "desse quadro dos progressos realizados nos últimos dois séculos neste campo, decorrerão naturalmente as orientações pedagógicas que devem ser dadas aos professores de hoje sobre este importante assunto, e sem que precisemos formulá-las num corpo doutrinário". As inovações não precisam, portanto, ser justificadas dogmaticamente (diríamos hoje "cientificamente"), nem impostas autoritariamente, é o acúmulo dos saberes práticos que traça por si só "as orientações pedagógicas que devem ser dadas aos professores". No século XX, os autores dos estudos sobre métodos de leitura recorreram às obras de Guillaume (nem sempre as citando) e, convencidos de sua superioridade linguística, didática e pedagógica, nunca deixaram de ironizar a deficiência ou o absurdo dos suportes tradicionais (prescrições, progressões, conteúdos), apesar dos "progressos" iniciados por alguns "grandes pedagogos" (Comenius, La Salle, Pestalozzi, Jacotot, o padre Girard) descritos como "precursores". Graças a eles, a alfabetização progrediu, mas em um ambiente muito sombrio, devido à condição precária dos professores rurais ignorantes, perpetuando o arcaísmo de aprender com base em orações em latim. Tratava-se de não levar em consideração as expectativas sociais da época em relação à leitura e à escrita, e tampouco as funções destinadas aos mestres escolares.

3. O mestre-cantor do campo

Certamente, sabia-se que o regente rural tinha que assistir aos ofícios religiosos, tocar os sinos e fazer as crianças cantarem na missa, mas nenhum historiador havia dado importância a esses serviços realizados sob a tutela do padre que a vulgata republicana deplorava. Segundo ela, a trilogia leitura-escrita-aritmética não perdeu nada ao perder a cantochão, muito pelo contrário.

A pesquisa de Xavier Bisaro³⁸ desconstruiu essa visão retrospectiva que, de Henrique IV à Revolução, projetava evidências "jules-ferrystas". Ele insistiu no fato de que eram os aldeões e não o padre que escolhiam o mestre e que o escolhiam em primeiro lugar pela sua voz. Partir do cantochão modificava a história do ensino religioso, das aprendizagens escolares e das sociabilidades rurais. O cantor leigo da vila ou de uma vila vizinha representava os paroquianos, partilhava a vida dos aldeões: estava na fronteira entre o sagrado e o profano, entre "a religião dos sacerdotes e a fé dos simples", para retomar o título de Dominique Julia; durante a Revolução, muitos tinham se tornado uma espécie de "vigários leigos", aderindo ao novo regime, mas ainda considerando o culto paroquial como um serviço público: isso lhes assegurou, após a demissão dos padres juradores, as "missas brancas dos anos negros", aqueles cultos sem padre, mas cantados, tão suspeitos aos olhos do clero exilado quanto aos olhos dos comitês revolucionários. Mesma mudança de perspectiva para a educação: as prescrições religiosas bem conhecidas das escolas urbanas (Batencourt, Démiá, La Salle) não permitiam

³⁸ Xavier Bisaro, *Chanter toujours. Plain-chant et religion villageoise dans la France moderne (XVIe-XIXe siècle)*, Presses Universitaires de Rennes, 2010, 246 p.

descrever as práticas das escolas do campo, embora fossem muito mais numerosas; a persistência dos abecedários em latim, sempre imputada ao arcaísmo preguiçoso de professores ignorantes, tornava-se pertinente se se tratasse de formar as crianças no cantochão. Além disso, Xavier Bisaro deu uma base documentada às hipóteses que eu formulara sobre o método soletrativo de leitura³⁹, unanimemente denunciado como absurdo a partir de 1850 e que eu comparara a um procedimento de solmização, a uma decifração musical elementar. Se as aprendizagens da leitura e do cantochão fossem conduzidas em paralelo, seria fácil descrever a construção do "saber ler somente", idêntico para a (re)leitura do catecismo e das partituras do cantochão, o que foi bem descrito desde o livro de Furet e Ozouf, numa época em que alguns colegas cognitivistas ainda duvidavam que se pudesse aprender a ler sem escrever. O cantochão da França rural, que foi, contudo, "em toda parte e para todos", nunca havia sido tratado pela historiografia da escola, preocupada demais com a história do ler-escrever-contar para se debruçar sobre a função musical dos professores, tarefa subalterna sem futuro. Tampouco fazia parte da história da canção popular, pois os folcloristas se limitavam às canções profanas. Ele havia sido desprezado por musicólogos litúrgicos, especialistas na "verdadeira música" e bastante inclinados a compartilhar a depreciação urbana do "cantor que geme ou que late". No entanto, esse apego ao cantochão durou muito além da Revolução. Assim, em setembro de 1839, o *Journal des chantres et des instituteurs* justificou sua publicação:

Já dissemos que a missão do professor é grande, pois ele é chamado a difundir a educação entre todas as classes da sociedade; e para isso deve dar garantias inequívocas do conhecimento que deve possuir e ensinar. Mas, mais uma vez, somos obrigados a fazer a dolorosa confissão de que a ciência por si só não garante ao professor uma posição social. O que mais é preciso? É preciso que a ciência combine o talento de cantar bem... *de cantar bem!* - Sim, sim: e se, além disso, ele não tiver uma voz altissonante, na maioria das vezes ele será repudiado, ele e todo o seu conhecimento. - Mas está errado, você diz. - Sem dúvida, e mil vezes errado: o fato é que, aos olhos da maioria dos habitantes do campo, um professor *não serve para nada* desde que não saiba cantar. Veja o que acontece quando se convocam vários candidatos para o concurso para uma vaga [...]. Muitas vezes será preferido o candidato que respondeu a prova da maneira menos satisfatória, mas que se mostrou superior aos demais no canto.⁴⁰

Em *L'Histoire d'un sous-mâitre*, publicado em 1870, mas ambientado no início da Restauração, Erckmann-Chatrian⁴¹ dá a palavra ao velho Mestre Guillaume, no momento em que seu submestre Jean-Baptiste lhe anuncia seu êxito na obtenção do certificado.

“Então fiz o meu melhor para satisfazê-lo, Jean-Baptiste, porque você é um bom submestre; e agora você está procurando uma vaga em outro lugar; eu sei, me disseram. Deus queira que você não se arrependa disso, pois apesar do seu conhecimento, apesar de suas frações, suas regras de três e de associação, apesar de sua bela caligrafia e sua

³⁹ Anne-Marie Chartier, *L'école et la lecture obligatoire*, Retz, 2007.

⁴⁰ *Journal des chantres et des instituteurs*, apud Acart, Paris, 1839, p. 3-4.

⁴¹ Émile Erckmann (1822-1899) e Alexandre Chatrian (1826-1890) publicaram sob o pseudônimo de Erckmann-Chatrian (entre 1847 e 1887) inúmeros folhetins e romances regionalistas e patrióticos: *L'histoire d'un conscrit*, *L'Ami Fritz*. *L'histoire d'un sous-mâitre* era conhecido por todos os professores, por causa dos trechos nos livros de leitura.

ortografia, uma coisa sempre lhe faltará, que é a voz! [...] Quando um mestre-escola conhece seu catecismo e tem uma bela voz, todo o resto é inútil, apenas se pergunta por formalidade. Eu mesmo, Jean-Baptiste, sem certificado encontraria um lugar muitíssimo antes de você, porque eu sei meu catecismo de cor e tenho voz. De mil padres, nenhum vai querer você, e todos ficariam felizes em me ter, porque quando eu canto um *Gloria in excelsis*, ou um *Te Deum* e um *Kyrie*, ou o que for, se ouve, sobe, enche a igreja como um ovo, agrada aos homens e a Deus. Você, por outro lado, é como um pardal chilreando no órgão; rasga os ouvidos dos fiéis, afasta a mente das coisas santas, enfim, é contrário à religião; e todos os certificados do mundo não lhe darão voz... Veja bem, o que é um mestre-escola sem voz? Se você fosse um padre, você gostaria de um mestre-escola sem voz, mesmo que ele conhecesse toda a aritmética do mundo e até mesmo os logaritmos, que estão no final? Responda, com sinceridade, Jean-Baptiste.” Fiquei bastante atordoado, pois M. Guillaume estava apenas dizendo a simples verdade; eu sabia.⁴²

O romance de Erckmann-Chatrian, autores maçons e republicanos, denuncia a influência do clero e defende a escolaridade obrigatória: os manuais escolares da Terceira República hauriram dele muitas páginas que estigmatizavam a escola do passado. No entanto, ao reavivar a cultura infantil de seus pais nascidos antes da Revolução, eles mostram de forma sutil o que une o padre Guillaume, um velho mestre-cantor recrutado sem certificado, ao jovem submestre muito mais instruído do que ele, nascido "sob o usurpador": ambos sabem que estão excluídos dos grandes livros (Rousseau e Chateaubriand), que são "para os grandes senhores e os doutos" e sabem por experiência própria que só o canto da igreja "que agrada aos homens e a Deus" garante, afinal de contas, seu prestígio entre os aldeões.

4. A resistência das comunidades aldeãs aos poderes urbanos

Assim, Xavier Bisaro fez surgir dos arquivos um mestre-cantor ignorado pela historiografia: a sua presença duradoura no coração das vilas leva a "pensar de outro modo" a cultura popular, misturando o religioso e o profano. Côme Simien, ao pesquisar *Le maître d'école du village, au temps des Lumières et de la Révolution*⁴³, continuou a "desconstrução". Segundo a vulgata, o fracasso educacional da Revolução, mais fecunda em projetos do que em realizações, parece inegável: em 1800, a maioria das vilas optou por escolas particulares, prova da rejeição das escolas públicas, cívicas e republicanas por parte de uma população ainda apegada ao catecismo católico. Para Côme Simien, os primeiros historiadores da escola, clerical ou republicana da época de Ferry, "todos tinham, no fundo, o mesmo interesse em estabelecer como verdade primária a tutela estreita da Igreja sobre a escola do Antigo Regime", estruturante para uns, sufocante para outros. Como não é o padre, mas os habitantes que escolhem o seu mestre, ele optou por não situar a escola entre a religião e a política, mas ancorá-la no seu domínio, no momento "em que se recompõem os equilíbrios entre os diferentes polos de poder na vila (comunidades de habitantes, Estado, senhorio, autoridade eclesiástica)". De fato, enquanto o campo representava 85% da população, sabemos muito mais sobre as escolas urbanas e as iniciativas pioneiras de Batencourt, Démia ou La Salle. Não há nada do gênero para as vilas: é com base em uma documentação dispersa, mas substancial (709 mestres identificados) e de numerosas fontes regulamentares, fiscais e administrativas, que foi

⁴² Erckmann-Chatrian, *Histoire d'un sous-maître*, Paris, Hetzel, 1871, p. 73.

⁴³ Côme Simien, *Le maître d'école du village au temps des Lumières et de la Révolution*, Paris, collection CTHS, Histoire, 2023.

elaborado um inventário das zonas rurais a partir de meados do século XVIII, para melhor compreender os efeitos das decisões revolucionárias a partir de 1789.

A primeira observação é que a indiferença dos "poderosos" (bispo, senhor, intendente) em relação ao campo permitiu aos aldeões contornar, ignorar ou confrontar as tutelas previstas pelos textos que contrariavam seus costumes. Muitos mestres são instalados antes de qualquer autorização clerical, eles estão isentos da talha, embora os intendentess a proibissem, tocam os sinos em caso de tempestades, mesmo que essa superstição (para expulsar demônios) fosse condenada desde o Concílio de Trento. Vindos da vila ou das vizinhanças, são conhecidos (parentes, relações, moral, caráter), e eles próprios conhecem os costumes do povo local. No domingo anterior ou posterior à missa cantada, ocorria o cerimonial eletivo da assembleia geral (muitas vezes entre vários candidatos), mas o contrato perante um notário era assinado apenas por alguns membros da *sanior pars* (lavradores, viticultores, grandes comerciantes) que já haviam acordado um nome.

Uma segunda observação desfaz a lenda miserabilística. Salários de 100 a 200 libras por ano (1000 para um lavrador) poderiam ser quase dobrados por auxílios escolares, benefícios incidentais e outros (moradia, trigo, vinho, contribuições *in natura*). Situado entre lavradores e jornaleiros, o mestre estava em pé de igualdade com artesãos, comerciantes e "profissões liberais" (notário, médico, boticário), que tinham de saber ler e escrever por razões profissionais, o que também os tornava membros da *sanior pars*. No entanto, como "servo paroquial", ele não gozava de autonomia social e muitas vezes sentia o peso da contribuição de produtos *in natura* em troca dos quais os ricos doadores esperavam favores para seus filhos (colocando-os à frente de procissões, escolhendo-os como coroinhas, apoiando sua entrada precoce na escrita e aritmética, etc.), o que não é isento de embates e tensões.

O terceiro questionamento diz respeito aos altos e baixos das leis escolares da Revolução. O aumento do poder dado à *sanior pars* por meio dos conselhos municipais (dezembro de 1789) preservou os velhos costumes e até mesmo o cerimonial da assembleia geral, o que era proibido por lei. O juramento de fidelidade à Constituição (março de 1791) desorganizou os colégios e escolas urbanas mantidas por clérigos, mas não as escolas das vilas, na medida em que não há certeza de que os mestres tenham sido afetados. Isso permitiu aguardar, ignorar ou interpretar a lei de forma mais ou menos flexível dependendo da região. A Lei Bouquier (dezembro de 1793) tornou a escolaridade gratuita e obrigatória (3 anos), e todo cidadão com um certificado de cidadania poderia abrir uma escola sob o controle do município e do comitê de supervisão. Contra a historiografia que concluiu pelo fracasso, Côme Simien mostra que as comunidades rurais conseguiram "atenuar e burlar a lei": o mestre deveria negociar livre e diretamente com os pais, mas muitos municípios disfarçaram o procedimento usual de nomeação coletiva atrás do "registro" de um candidato. Após a queda de Robespierre, os termidorianos a aboliram, e as leis de 1794 e 1795 tiraram todo o poder das comunas e o deram ao distrito e depois ao departamento. Mas o seu mapa escolar preconizava "agrupamentos" impraticáveis (distanciava demasiadamente as crianças da escola), e as bancas designadas para recrutar os professores não tinham candidatos (seriam pagos com títulos de crédito, ou seja, quase nada). Daí o florescimento das escolas privadas, que permitiram que as comunas mantivessem a "sua" escola, mais por rejeição ao controle do Estado do que por hostilidade à Revolução. Em 1º de maio de 1802, a Lei Fourcroy aboliu a distinção público/privado e confiou às comunas a gestão plena dos assuntos escolares: contra o poder central, as comunas saíram vitoriosas da Revolução, e o professor (chamado doravante de *instituteur*) permanecerá por muito tempo "um filho do local". Nada naquela data parecia favorável a uma marcha inexorável em direção ao funcionário da escola Jules Ferry.

Conclusão

Seleção por concurso, cadernos de alunos humanistas, a figura do mestre-cantor, o poder da vila em face do Estado: quatro exemplos são suficientes para mostrar que a educação dos tempos modernos esconde surpresas que abalam nossas representações da história, e não apenas da história da educação? Intitulada "Uma história sem Jules Ferry", esta contribuição procurou enfatizar como a "força das coisas" (institucional) que define os "objetos certos" de pesquisa favorece uma história da educação centrípeta, na qual uma visão teleológica de longo prazo se perpetua em filigranas. As comparações internacionais atuais ampliaram essa visão francesa, atualizando as variantes e constantes das instituições educacionais nacionais na escala da Europa⁴⁴ ou do mundo colonial⁴⁵, ou os modelos de alfabetização dos países latinos da Europa e da América⁴⁶. No entanto, a ampliação do campo escolar não permite perceber o poder da escola no espaço nacional, local ou internacional. Por outro lado, os *Cahiers d'écoliers de la Renaissance* mostraram uma aliança bem-sucedida entre formas pedagógicas e cultura acadêmica para lançar luz sobre os novos modos de transmissão dos saberes. Da mesma forma, o projeto proposto por Dominique Julia questionou as tensões entre o espaço escolar e o mundo do trabalho. Em ambos os casos, a escola foi estudada não como um fim em si mesma, mas como um ator (e não apenas como um fator) de mudanças culturais e sociais, a fim de promovê-las, adaptá-las e resistir a elas.

A história dos saberes pode ser separada das instituições de ensino? Poder-se-ia esperar que os três volumes de *Histoire des sciences et des savoirs* editados por Dominique Pestre⁴⁷ tivessem reservado para cada período uma atenção aos modos de transmissão instituídos: no entanto, ela abordou os modos de difusão dos novos conhecimentos, mas fora do espaço escolar. Se nenhum olhar sobre o ensino esteve presente no programa editorial, foi em razão da recusa dos idealizadores? por esquecimento? ou porque aqueles que fazem a história das disciplinas permanecem muito distantes daqueles que fazem a história da ciência? Entretanto, esse era um caminho já bem traçado em muitos estudos sobre as ordens religiosas docentes, jesuítas, oratorianos, bem como no movimento jansenista⁴⁸. E contra uma visão que pressupõe espontaneamente que as vulgatas da escola estão atrasadas em relação aos saberes acadêmicos, André Chervel mostrou que a escolarização pedagógica da gramática pôde impor de forma duradoura suas categorias de análise em face das produções acadêmicas⁴⁹. E como entender,

⁴⁴ Além da edição da *Histoire de l'éducation* 154, 2020/2 (Regard sur l'histoire de l'éducation: une perspective internationale), já citada, *Histoires européennes de l'éducation: méthodes, approches et perspectives* deu origem a várias colaborações em busca de um "modelo europeu" de educação (encontros de Genebra, 22 de setembro de 2022). Outra linha de pesquisa que diz respeito às reformas do financiamento da educação deu origem ao número da *Histoire de l'éducation*, 157, 2022/1, editado por Clémence Cardon-Quint e Johannes Wetsberg sobre a comparação entre a França e a Suécia. « L'État et l'éducation en Europe » avait l'objet d'un numéro dirigé par Philippe Savoie (134, 2012/2).

⁴⁵ *Histoire de l'éducation* 128, 2010/4, L'enseignement dans l'empire colonial français XIX^e-XX^e siècles (Pascale Barthélémy dir.).

⁴⁶ *Histoire de l'éducation* 138 2013, Apprendre à lire aux débutants dans les pays de langue romane 1750-1950 (Anne-Marie-Chartier, Elsie Rockwell dir.).

⁴⁷ *Histoire des sciences et des savoirs*, Dominique Pestre dir., 1. De la renaissance aux Lumières (Stéphane Van Damme, dir.), 2. Modernité et globalisation (Kapil Raj et H. Otto Sibum dir.), 3. Le siècle des technosciences (Christophe Bonneuil et Dominique Pestre dir.), Seuil, 2015.

⁴⁸ Luce Giard dir., *Les Jésuites à la Renaissance, système éducatif et production du savoir*, Paris : PUF, 1995; Antonella Romano, « Understanding the World : Knowledge and Disciplines in the Elaboration of the *Ratio Studiorum* », dans *Education for New Times : Revisiting Pedagogical Models in the Jesuit Tradition*, Macao, The Ricci Institute, 2014, p. 39-70. Jean Ehrard dir., *Le collège de Riom et l'enseignement oratorien en France au XVIII^e siècle*, postface D. Julia, CNRS Ed. 1991. Frédéric Delforge, *Les Petites Écoles de Port-Royal, 1637-1660*, Paris : éd. du Cerf, 1985. Fabien Vandermarcq, « Charles Rollin, héritier de l'humanisme et de Port-Royal », in *Port-Royal et l'humanisme. Chroniques de Port-Royal n° 56*, Paris, Bibliothèque Mazarine, 2006, p. 193-209.

⁴⁹ André Chervel, *Histoire de l'enseignement du français du XVII^e au XX^e siècle*, Paris : Retz, 2006.

sem nos referirmos às disciplinas escolares, as disputas de poder em torno das carreiras científicas, a perenidade ou o desaparecimento dos títulos das cátedras⁵⁰, a criação de laboratórios fora da universidade? As tensões, os conflitos ou as alianças em torno dos conteúdos curriculares e dos procedimentos de trabalho, que são decisivos na formação dos alunos, também definem a identidade de seus professores⁵¹. Suas repercussões são tanto sociais quanto políticas, pois, ao rotinizar determinadas práticas de exercício, os professores constroem, às vezes sem saber, uma hierarquia implícita e duradoura dos saberes, internalizada por todos os ex-alunos. Daí as repetidas crises que acompanham as reformas. Uma das mais emblemáticas foi, sem dúvida, a defesa do latim. Pedra angular mítica de toda formação "verdadeira", o ensino do latim mobilizou (de 1880 a 1970) um grande número de egressos do ensino médio, que, no entanto, não conseguiam ler Cícero mesmo após oito anos de temas e versões⁵². A história dos saberes, inclusive dos mais "científicos", é também uma história de crenças e de conflitos entre crenças.

As relações entre o mundo da escola e o mundo do trabalho também invertem o modelo predominante de ensino secundário e de "cultura geral para todos". Esse modelo tinha como contrapartida a desqualificação das formações "plebeias", às quais os poderes locais estavam tanto mais atentos quanto levavam a ofícios aos quais as classes populares estavam ligadas⁵³. Quando a revista *Sociologie du Travail* resenhou em 1970 o livro de Antoine Prost (*l'histoire de la massification démocratique des études*), Michel Amiot comentou "ao inverso" essa evolução: a derrota dos ensinos "dominados", a vitória do modelo elitista (analisado por Bourdieu em *La Distinction* em 1979). Para ele, "a vitória completa e tardia das Humanidades, com o lugar subordinado que atribuem a outras ordens de ensino, não significa o triunfo de um saber supostamente desinteressado e puro sobre uma suposta falta de cultura utilitarista, mas a hegemonia de um aparelho mental adequado à formação do pessoal dirigente" (na época, um mundo de "notáveis"). Com isso se pode completar o projeto proposto por Dominique Julia "Nas fontes da competência profissional". A sua abordagem comparativa (europeia) visava os métodos de recrutamento inventados para essas atuações do serviço público que se tornariam "profissões". Não muito longe desses empregos "nobres", o mundo dos "ofícios" foi confrontado com debates semelhantes, em torno das relações entre mestres e aprendizes, e posteriormente com conflitos entre apoiadores e opositores da formação pela escola ou pela oficina, como mostra o livro sobre o aprendizado de Colbert à Lei Astier⁵⁴ escrito por Steven Kaplan (aprendiz de padeiro na Poilâne para escrever sua

⁵⁰ Cf. o trabalho das linhas de pesquisa organizadas por Emmanuelle Picard, *Histoire de l'enseignement supérieur*, SHE/INRP, 2004-2012, e da linha Educação e Saberes em sociedade, LAHRA-ENS/Lyon2, 2012-2017.

⁵¹ Renaud d'Enfert e Virginie Fonteneau, dir., *Espaces de l'enseignement scientifique et technique. Acteurs, savoirs, institutions, XVIIe-XXe siècles*, Paris, Hermann, 2011. Renaud d'Enfert, « Jomard, Francœur et les autres... Des polytechniciens engagés dans le développement de l'instruction élémentaire (1815-1850) », *Bulletin de la Sabix*, n° 54, avril 2014, pp. 73-86.

⁵² Edmond Goblot, *La barrière et le niveau*, Paris : Félix Alcan 1925. Martine Jey, *La littérature au lycée : invention d'une discipline (1880-1925)*, Université de Metz, 1998.

⁵³ Renaud d'Enfert, « L'école gratuite de dessin de Metz et la formation mathématique des ouvriers (1814-1848) », in Olivier Bruneau, Laurent Rollet (dir.), *Mathématiques et mathématiciens à Metz (1750-1870). Dynamiques de recherche et d'enseignement dans un espace local*, Nancy : Éditions Universitaires de Lorraine, 2017, pp. 89-108. « Entre formación profesional y educación popular: cursos públicos y escuelas de dibujo en Francia, 1815-años 1860 », in Jean-Louis Guereña, Alejandro Tiana Ferrer (dir.), *Formas y espacios de la educación popular en la Europa mediterránea. Siglos XIX y XX*, Madrid, UNED/Casa de Velázquez, 2016, pp. 131-146.

⁵⁴ Steven Kaplan, *Transmettre, soumettre, socialiser. Essai sur l'apprentissage de Colbert à la Grande Guerre*, Fayard, 2023. Vincent Troger, dir., *Une histoire de l'éducation et de la formation*, Auxerre : Sciences humaines éditions, 2006, Stéphane Lembré, *Histoire de l'enseignement technique*, Paris : La Découverte, 2016.

história do pão⁵⁵). No fim, a escola ganha, mas a que preço? Em ambos os casos, estão em questão os contratos de estágio e os modelos concorrenciais que descrevem as tumultuosas colaborações entre profissionais e professores.

Os historiadores da educação poderiam, assim, contribuir com seu conhecimento dos arquivos disciplinares e administrativos para projetos de pesquisa que envolvam especialistas em direito, economia, ciências sociais, ciência e tecnologia. Com isso (talvez) se poderia encorajar os coordenadores de programas de pesquisa interdisciplinares a não deixarem esse campo na torre de marfim na qual está atualmente, reencontrando um lugar para ele na história geral.

Referências

ALBERTINI, Pierre. *L'École en France: XIXe-XXe siècle: de la maternelle à l'université*, Paris, Hachette, 1992. Rééd. 2014.

ARCHIBALD, Elizabeth P.; BROCKLISS, William; GNOZA, Jonathan. *Learning Latin and Greek from antiquity to the present*, Cambridge: Cambridge University Press, 2015

ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Dir.) *L'histoire de la vie privée*, Paris, Seuil, 1985-1987.

AVANZINI, Guy. *Histoire de la pédagogie du XVII^e siècle à nos jours*, Toulouse, Privat, 1981.

BECCHI, Egle ; JULIA, Dominique (Dir). *Histoire de l'enfance*. 2 vol. Paris, Seuil 1998

BENEVENT, Christine; BISARO, Xavier (Dir). *Cahiers d'écoliers de la Renaissance*, Tours: Presses universitaires François Rabelais, 2019, 272p.

BISARO, Xavier. *Chanter toujours. Plain-chant et religion villageoise dans la France moderne (XVIe-XIXe siècle)*, Presses Universitaires de Rennes, 2010, 246p. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.pur.101561>.

BLAIR, Ann. *Tant de choses à savoir*, Comment maîtriser l'information à l'époque moderne. Paris: Seuil, 2020.

BROCKLISS, Laurence. *French higher education in the seventeenth and eighteenth centuries: a cultural history*, Oxford: Clarendon press, 1987

CARRUTHERS, Mary, *Le livre de la Mémoire*, Paris, Macula, 2002.

CASPARD, Pierre. Vingt années d'Histoire de l'éducation, *Histoire de l'éducation*, 85, 2000, 73-87. DOI: <https://doi.org/10.4000/histoire-education.1235>.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Dir.). *Histoire de la lecture dans le monde occidental (L'univers historique)*. Paris: Seuil, 1997.

CHARTIER, Anne-Marie. *L'école et la lecture obligatoire*. Retz, 2007.

⁵⁵ Steven Kaplan, *Le meilleur pain du monde : les boulangers de Paris au XVIIIe siècle*, Paris : Fayard, 1996.

CHARTIER, Roger; COMPÈRE, Marie-Madeleine; JULIA, Dominique. *L'éducation en France du XVIe au XVIIIe siècle*, Paris: SEDES, 1976.

CHÂTEAU, Jean. *Les grands pédagogues*, Paris, PUF, 1956.

CHERVEL, André. *Histoire de l'enseignement du français du XVIIe au XXe siècle*. Paris: Retz, 2006. DOI: <https://doi.org/10.14375/NP.9782725628028>.

COMPÈRE, Marie-Madeleine, *Les feuilles classiques, un support pour la prélection des textes latins et grecs (XVIe-XVIIe siècles)*, 6 avril 2004.

COMPÈRE, Marie-Madeleine. *L'histoire de l'éducation en Europe*. Essai comparatif sur la façon dont elle s'écrit, Paris: INRP/Peter Lang, 1995.

DUBY, Georges (Dir.), *Histoire de la France rurale*. Paris, Seuil, 1975.

DUBY, Georges; PERROT, Michèle (Dir). *Histoire des femmes en Occident*, 4 vol. Plon, 1991-92.

EISENSTEIN, Elizabeth, *La Révolution de l'imprimé: à l'aube de l'Europe moderne*, Paris, La Découverte, 1991

FLEURY, Michel, VALMARY, Pierre. Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III, *Population*, 12^e ano, 1957. DOI: <https://doi.org/10.2307/1525321>.

FURET, François; OZOUF, Jacques. *Lire et écrire*. L'alphabetisation des français de Calvin à Jules Ferry 2 vol. Minuit, 1977.

GOBLOT, Edmond. *La barrière et le niveau*, Paris: Félix Alcan 1925.

GRAFTON, Anthony. *Teacher, text and pupil in the Renaissance class-room: a case study from a Parisian College*, *History of Universities, 1, Universities and colleges*, 1981, Avebury Publishing Company.

HOFSTETTER, Rita; HUITRIC, Solenn. La carte et le miroir. Ancrages, enjeux et horizons de l'histoire de l'éducation, *Histoire de l'éducation*, 240, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/histoire-education.5485>.

JEY, Martine. *La littérature au lycée: invention d'une discipline (1880-1925)*, Université de Metz, 1998.

JUSKA-BACHER, Britta; GRENBY, Matthew; LAINE, Tuija; SROKA, Wendelin (eds.) *Learning to Read, Learning Religion. Catechism primers in Europe from the sixteenth to the nineteenth centuries* [CLCC 14], 2023.

KAPLAN, Steve, *Transmettre, soumettre, socialiser*. Essai sur l'apprentissage de Colbert à la Grande Guerre, Fayard, 2023.

KAPLAN, Steve. *La fin des corporations*, Paris: Fayard, 2001.

KAPLAN, Steve. *Le meilleur pain du monde: les boulangers de Paris au XVIIIe siècle*, Paris: Fayard, 1996.

LE CAM, J.-L.; L'histoire de l'éducation: discipline de recherche historique ou science auxiliaire de l'action pédagogique? Les leçons d'une comparaison franco-allemande, *Histoire de l'Éducation*, 137, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4000/histoire-education.2612>.

LEIF, Joseph; RUSTIN, Georges. *Histoire des institutions scolaires*, Paris, Delagrave, 1954.

LEMBRÉ, Stéphane. *Histoire de l'enseignement technique*, Paris: La Découverte, 2016.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Dir). *Histoire des jeunes en Occident*, 2 vol., Paris, Seuil, 1996

LUC, Jean-Noël Luc; CONDETTE, Jean-François; VERNEUIL, Yves. *Histoire de l'enseignement en France. XIX^e-XXI^e siècle*. Paris: Armand Colin, 2020, 416p.

NOGUÈS, Boris. Des trente glorieuses à la quête d'un nouveau modèle. Quarante années de la Revue *Histoire de l'Éducation* (1978-2020), *Annali di Storia delle università italiane* Fascicolo 1, gennaio-giugno 2021.

NOGUÈS, Boris. *Des Trente Glorieuses à la quête d'un nouveau modèle*. Quarante années de la revue *Histoire de l'Éducation* (1978-2020). *Annali di Storia delle università italiane* Fascicolo 1, gennaio-giugno 2021, p.41.

PROST, Antoine. *L'enseignement en France, 1800-1967*. Paris: Armand Colin, 1968.

SCHAPIRA, Nicolas. *Maîtres et secrétaires (XVI^e-XVIII^e siècles)*. L'exercice du pouvoir dans la France d'ancien Régime, Paris: Albin Michel, 2020.

SIMIEN, Côme. *Le maître d'école du village au temps des Lumières et de la Révolution*, Paris, collection CTHS, Histoire, 2023.

SNYDERS, Georges. *La pédagogie en France aux XVII^e et XVIII^e siècles*, Paris, PUF, 1965.

TROGER, Vincent (Dir) *Une histoire de l'éducation et de la formation*. Auxerre: Sciences humaines éditions, 2006.

VOVELLE, Michel. Y a-t-il eu une révolution culturelle en Provence? A propos de l'éducation populaire en Provence. *RHMC*, vol. 22, 1975, p.89-141. DOI: <https://doi.org/10.3406/rhmc.1975.2319>.